

V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas
26 a 29/04/2022, UFRN, Natal (RN), evento online / remoto

Seminário Temático 03
Avaliação de Políticas Públicas, Participação e Transparência

Avaliação, Participação e Ações Humanitárias: entre concepções e práticas

Regislany de Sousa Moraes – UFC
Alcides Fernando Gussi – UFC

RESUMO

Nos últimos anos, as crises humanitárias têm se tornado cada vez mais multifatoriais perdurando em um longo espectro temporal e territorial global. Essas crises complexas demandam o desafio de estruturar respostas humanitárias sustentáveis a longo prazo, que primem pelo fortalecimento das capacidades locais e à participação de pessoas e comunidades nas decisões que afetem suas vidas. Mas o que se entende por participação para o campo humanitário? Como possibilitar a participação de comunidade e pessoas afetadas por crises humanitárias, especificamente na avaliação de uma resposta humanitária? Este trabalho tem por objetivo apresentar os principais resultados identificados na pesquisa "Um estudo sobre a participação na avaliação de ações humanitárias: entre concepções e práticas. Para tanto, foi utilizada uma metodologia fundamentada em uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, realizada por meio de um estudo bibliográfico e documental, com o objetivo de realizar uma análise sobre o compromisso da ação humanitária de conduzir, no cerne da avaliação da ação humanitária, a participação das pessoas afetadas por crises humanitárias em dois casos concretos, revelando os limites e potencialidades da participação na avaliação efetuada.

Palavras-chave: Avaliação. Participação. Luta Antimanicomial. Ações Humanitárias

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as organizações humanitárias têm sofrido uma enorme pressão para fazer frente às crises humanitárias cada vez mais multifatoriais decorrentes de um conjunto de fatores sobrepostos como o crescimento demográfico, problemas econômicos, catástrofes naturais e tecnológicas, conflitos, mudanças climáticas, entre outros, e de permanecerem em um largo espectro temporal (FERRIZ, 2011; KENT, 2011).

Essas crises demandam das organizações humanitárias o desafio de estruturar suas respostas a partir de estratégias sustentáveis em longo prazo, que primem pelo fortalecimento das capacidades de comunidades e pessoas afetadas, reconhecendo que estas são as principais especialistas em identificar suas vulnerabilidades e potencialidades e centrando estas estratégias na inclusão das pessoas em decisões que afetem suas vidas (CICR, 2018; ASSOCIACIÓN ESFERA, 2018).

A estruturação de uma resposta humanitária qualificada está diretamente relacionada à sua capacidade de responder a uma crise de forma responsável, eficaz e sem causar danos ainda maiores à população. A ausência dessa premissa ou a ineficiência em garanti-la foi uma das grandes catalisadoras das transformações ocorridas a partir dos anos 1990 na ação humanitária, exposta de forma exponencial em estudo realizado em 1996 que avaliou a provisão da ajuda humanitária pela comunidade internacional em resposta à crise humanitária de Ruanda, nos anos 1990, e que mobilizou a criação de iniciativas para a melhoria da qualidade e prestação de contas no âmbito humanitário.

Destaca-se que, no cerne do debate sobre melhoria e prestação de contas na ação humanitária, situa-se o compromisso com o *Accountability to Affect People Population* - APP, que se consolida como aspecto central no desenho de respostas humanitárias, tornando-se indispensável e indissociável dos objetivos pretendidos pela ação humanitária: “salvar vidas, aliviar o sofrimento, preservar a dignidade humana, prevenir e fortalecer os esforços para preparação para essas situações” (ASOCIACIÓN ESFERA, 2011).

A prestação de contas frente a pessoas afetadas tem sido uma abordagem amplamente disseminada no campo humanitário e encarrega-se de fortalecer o comprometimento das organizações humanitárias em envolver as pessoas nos processos de tomadas de decisões que as afetem, fomentando sua participação com ética e responsabilidade no desenho, implementação e avaliação de respostas humanitárias.

Estando a participação neste lugar de destaque para a prestação de contas para as pessoas afetadas por crises humanitárias, faz-se necessário pensar e manter emergente o debate sobre como fomentar a participação na avaliação em contextos de crises humanitárias complexas. Mas, o que se entende por participação para o sistema humanitário, sobretudo tomando como base documentos de referência? Como possibilitar a participação de comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias¹e incluí-las na avaliação de uma resposta humanitária?

Este artigo apresenta os resultados da dissertação “Um estudo sobre a participação na avaliação de ações humanitárias: entre concepções e práticas”, que buscou analisar o compromisso da ação humanitária de conduzir, no cerne da avaliação da ação humanitária, a participação de comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias. Para tanto, o estudo teve como objetivo (i) discutir o campo da avaliação a partir de seus diferentes paradigmas e metodologias, e discutir especificamente como a participação se insere como debate emergente nos processos avaliativos; (ii) apresentar e analisar a trajetória conceitual da ação humanitária;(iii) conhecer e analisar a avaliação de ações humanitárias (EHA), identificando o lugar da participação nos compromissos humanitários nos processos avaliativos; e iv) analisar formações de práticas de avaliação em ação humanitária.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para conduzir o estudo dissertativo se fundamentou em uma pesquisa qualitativa sobre as avaliações de ações humanitárias com o objetivo de realizar uma análise sobre o compromisso da ação humanitária de conduzir, no cerne da avaliação da ação humanitária, a participação das pessoas afetadas por crises humanitárias. Inicialmente, foi feita uma análise bibliográfica e documental sobre a ação humanitária, a sua trajetória conceitual, princípios e principais conceitos a ela conectados, com vistas a compreender a especificidade do campo no qual se situa o objeto de estudo da referida dissertação.

Para tanto, utilizou-se como técnica a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica foram utilizados estudos realizados por redes de organizações humanitárias que abordam uma ou mais categorias aqui estudadas - Ação Humanitária

¹A Norma Humanitária Essencial para a Qualidade e Prestação de Contas apresenta como definição de Comunidades e Pessoas Afetadas no documento *Notas de Orientación y Indicadores de la Norma Humanitaria Esencial*: “la totalidad de mujeres, hombres, niñas y niños, con diferentes necesidades, vulnerabilidades y capacidades afectados por desastres naturales, conflictos armados, pobreza u otro tipo de crisis en un lugar específico” (CHS Alliance, Group URD e o Projeto Esfera, 2015.p.40).

e Avaliação de Ações Humanitárias e Participação - do que artigos científicos, dissertações e teses de domínio público devido à dificuldade de encontrá-los².

Na pesquisa documental foram utilizados o guia de avaliação da ALNAP, referência no estudo da avaliação em ações humanitárias, e a Norma Humanitária Essencial para a Qualidade e Prestação de Contas, considerada um padrão de qualidade e *accountability* que orienta o sistema humanitário.

No que concerne à interpretação dos dados qualitativos obtidos, foi feita uma aproximação à análise de conteúdo proposta por Cellard (2018). O autor propõe, para um estudo analítico de documentos, que se localize em primeiro lugar os textos pertinentes ao objeto de estudo e avalie sua credibilidade e representatividade para então compreender o sentido da mensagem que o compõe.

Especificamente, para a análise das práticas avaliativas, buscou-se referências em Gussi (2019), que elenca quatro categorias analíticas com vistas a verificar dimensões epistemológicas, teórico-metodológicas e políticas de avaliações de políticas públicas, a saber:(i) marcos teóricos: paradigmas de avaliação adotados, afiliações teóricas e autores referenciados; e discussão teórica em avaliação realizada;(ii) metodologias de avaliação; (iii) resultados concretos das políticas avaliadas; (iv) impactos políticos e institucionais das avaliações realizadas.

Tendo em vista essas categorias e adaptações aos documentos em estudo, a análise das práticas avaliativas está organizada em duas partes: a primeira parte apresenta a análise do curso *Introduction to Evaluating Humanitarian*, e, para esta análise, utilizei duas das categorias analíticas trabalhadas por Gussi (2019) sendo, marcos teóricos e metodologias de avaliação. Na segunda parte, a análise centrou-se no estudo de um relatório de avaliação que apresenta o compromisso de realizar o envolvimento da população afetada na avaliação da resposta humanitária e, para isso, foram utilizadas três das categorias analíticas supracitadas: marcos teóricos, metodologias de avaliação e resultados alcançados.

²Sobre isso, destaca-se que foi realizada uma revisão bibliográfica na base SciELO para identificar artigos que discutem as categorias elencadas. Para tanto, utilizei como mecanismo de busca a tríade Avaliação/Evaluación/Evaluation- Ação Humanitária/Acción Humanitarian/Humanitarian Action – Participação/Participación/Participation. Como resultado, não foi encontrado nenhum artigo em português ou em inglês, mas apenas um artigo disponível em espanhol. A mesma busca foi realizada na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e não foi encontrado nenhum arquivo. No Sistema de Información Redalyc, que não dispõe de um mecanismo que associa a busca de mais de uma categoria como os dois anteriores, realizei uma busca mais específica com a categoria “Avaliação de Ação Humanitária/Evaluación de la Acción Humanitaria/Evaluation of Action Humanitarian” e não foram encontrados resultados.

RESULTADOS E ANÁLISES

O estudo identificou que o principal marco teórico das avaliações de ações humanitárias está fundamentado no modelo de avaliações de desenvolvimento difundido pela OCDE/CAD e se estrutura com foco na gestão e nos mecanismos institucionais para a tomada de decisão, baseando-se nos cinco critérios de avaliação da OCDE/CAD: a pertinência e o alcance dos objetivos, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade de um programa de desenvolvimento (OECD, 1991); além de incorporando outros critérios que atendam à especificidade da ação humanitária, o critério de cobertura, conectividade e coerência.

No documento *Guia de Evaluación de la Acción Humanitaria* (ALNAP, 206) a avaliação de ação humanitária é definida como,

Examen sistemático y objetivo de una intervención humanitaria para determinar el valor o la significación de una actividad, política o programa, con la intención de extraer enseñanzas que permitan mejorar las políticas y prácticas y reforzar la rendición de cuentas (ALNAP, 2016, p. 27).

Corroborar com essa proposição Urgoiti e Rey (2007). Os autores afirmam que avaliar é, para a ação humanitária, a realização de um exame sistemático, objetivo e imparcial dirigido a promover a responsabilidade e o aprendizado das lições aprendidas.

Para a ALNAP (2016), as avaliações de ações humanitárias devem cumprir dois objetivos centrais: aprendizagem e prestação de contas. A aprendizagem é definida como um processo no qual a experiência e reflexão sobre uma resposta humanitária geram mudanças de ações, melhorias e aprendizados a serem incorporados em respostas futuras; a prestação de contas como um processo de responsabilização frente às partes interessadas (instituições doadoras, pessoas afetadas, trabalhadores humanitários, governos, ONGs. etc.) e da obrigação de responder sobre o trabalho realizado frente a elas.

As avaliações orientadas para aprendizagem representam uma valiosa oportunidade de aprendizagem a partir da experiência adquirida em uma resposta humanitária que já se encerrou ou que está em andamento, sendo extremamente úteis para gerenciar conhecimento e despertar reflexões e mudanças (ALNAP, 2016).

As avaliações orientadas para a prestação de contas são o meio pelo qual “*e/ poder se ejerce con responsabilidad*” (ALNAP, 2016). A organização necessita responder frente às instituições externas (doadores e outros), frente à gestão da organização e frente à população beneficiária de suas ações. Existem diversos tipos de prestação de contas que podem ser envolvidos no processo avaliativo, podendo ser estratégica e de gestão - quando é direcionada aos objetivos da organização, uso de recursos em geral, metas e resultados; de cumprimento financeiro, contratual, relacional e legal - uso dos recursos frente aos doadores; cumprimento dos termos contratuais e relacional frente a outras organizações envolvidas em uma operação e do cumprimento da lei.

Em termos gerais, essas avaliações no campo humanitário possuem uma orientação clara para a mensuração dos objetivos, resultados e impactos. Marcadas por uma agenda neoliberal, essas avaliações denotam que a responsabilidade preponderante é a prestação de contas para aqueles que financiam e que determinam o destino dos valores a serem investidos em ação humanitária. Importante destacar que a participação de pessoas afetadas tem sido uma linha de trabalho fortemente disseminada pelo *The Gran Bargain* em seu compromisso *Participation Revolution*³, justificado sob o argumento de que envolver as pessoas possibilita identificar se a resposta humanitária foi relevante, oportuna, eficaz e eficiente.

Na análise documental das iniciativas direcionadas à melhoria da qualidade e prestação de contas no sistema humanitário foi identificado que essas iniciativas contribuíram significativamente para a emergência das avaliações de ações humanitárias, sobretudo com a construção de diretrizes e a definição de indicadores que permitem mensurar o desempenho das organizações humanitárias frente a essas diretrizes.

A análise referida deu particular atenção à definição e uso da categoria participação, palavra-chave para compreender a ideia que sustenta o compromisso de envolver as pessoas afetadas por crises humanitárias nas decisões que afetem suas vidas. A participação está presente no discurso institucional das organizações humanitárias atrelada à responsabilidade de prestar conta das ações à comunidade e

³ Para maiores detalhamento sobre o *Participation Revolution* do *The Gran Bargain* acessar : <https://interagencystandingcommittee.org/a-participation-revolution-include-people-receiving-aid-in-making><https://interagencystandingcommittee.org/a-participation-revolution-include-people-receiving-aid-in-making-the-decisions-which-affect-their-lives>

peças, aparece nas avaliações mais como um elemento a se ter em conta nas avaliações do que a ser considerado como um valor a ser incorporado, um valor que esteja intrinsecamente relacionado à noção de defesa de direitos.

Para Brown e Donini (2014) o termo participação no campo humanitário foi influenciado por Robert Chambers, especialista em abordagens participativas, que participou ativamente na 29ª reunião anual da *Active Learning Network for Accountability and Performance in Humanitarian Action* (ALNAP), em 2014, que tratou de debater o tema “Envolvimento das pessoas afetadas pela crise na ação humanitária”. No documento de referência para a reunião⁵³, Brown e Donini (2014) indicam, logo no início da apresentação, que o termo participação é frequentemente utilizado na ação humanitária como um termo permutável com a ideia de engajamento, “*participation is the most common form of engagement discussed in the literature*” (BROWN; DONINI, 2014, p.7) e apresentam algumas definições de participação utilizadas no campo humanitário: o engajamento das pessoas afetadas em uma ou mais fases do ciclo de resposta humanitária (documento *Participation by Crisis-Affected Populations in Humanitarian Action* - ALNAP and URD, 2003); ouvir e responder feedback das pessoas afetadas (*The Humanitarian Accountability Partnership*, 2013); envolvimento das principais partes interessadas em todos os aspectos de um programa (*The Inter Agency Working Group on Reproductive Health in Crises*, 2011).

A partir do estudo documental foi identificado que o termo Participação comumente aparece descrito a partir de uma tipologia, ou de um gradiente de participação. Essa apresentação é encontrada no documento *Participation Handbook for humanitarian field workers* Group URD (2009) e segue uma estrutura defendida por Jules N. Pretty (1995), que propôs uma tipologia de participação composta de sete níveis, na qual se considera o nível de poder que diferentes stakeholders têm sobre o processo de tomada de decisão.

Para o autor, a participação pode ser manipuladora, passiva, por consulta, por incentivo, funcional, interativa e a automobilização (PRETTY, 1995). Na participação manipuladora, o poder de um grupo está representado por um indicado do Estado; na participação passiva, as decisões são informadas aos interessados; a participação por consulta demanda uma escuta dos diferentes interessados, mas não garante que suas opiniões sejam levadas em consideração no momento da tomada de decisão; na chamada participação por incentivo, o envolvimento se dá a partir de incentivos materiais, financeiros ou simbólicos; a participação funcional refere a um tipo de participação que acontece quando já se tomaram as decisões, mas para atingir algum tipo de objetivo, necessita-se cumprir com esta etapa; na participação interativa, o poder

é compartilhado, decisões, recursos são partilhados e o interesse coletivo é primordial; na participação por automobilização, a iniciativa parte das pessoas organizadas em um coletivo que se articula e tem potencial de expansão quando apoiado por outros stakeholders.

Com vistas a aprofundar o conhecimento acerca da temática abordada, foi realizado uma análise crítica de duas práticas avaliativas: o curso “*Introduction to Evaluating Humanitarian Action*” e o relatório de avaliação *Evaluación Final Participativa: Operación de respuesta al terremoto en Ecuador de 2016*, buscou-se referências nas categorias analíticas trabalhadas por GUSSE (2019), a saber: (i) marcos teóricos, paradigmas de avaliação adotados; (ii) metodologias de avaliação: utilização de métodos quantitativos e/ou qualitativos; problematização metodológica acerca do lugar do avaliador na pesquisa; (iii) resultados alcançados (iv) e impactos políticos e institucionais da avaliação realizada. Essas categorias analíticas ofereceram os elementos analíticos necessários para que eu pudesse compreender as bases teórico-metodológicas que fundamentam as avaliações de ações humanitárias, os objetivos para os quais se destinam, a finalidade e o uso para o qual se voltam e o alcances e limitações que abarcam.

Com base nessa análise das práticas avaliativas, identificou-se que avaliações de ações humanitárias se baseiam em modelo técnico-formal de avaliação, notadamente direcionado a um exame de valor voltado para processos, resultados e impactos sob a égide de estarem direcionadas a atender os objetivos de aprendizagem e prestação de contas. A participação, no entanto, ainda não possui protagonismo e é utilizada como elemento para identificar se a resposta humanitária foi relevante, oportuna, eficaz e eficiente (The Grand Bargain).

Mediante o exposto, com este estudo foi possível identificar que a ação humanitária é um campo bastante complexo devido à natureza do trabalho que é desenvolvido, em específico, pois demanda que o profissional de avaliação não possua apenas as qualificações técnicas em avaliação, requer que o profissional compreenda ampla e profundamente os conceitos e princípios que regem a ação humanitária, as diretrizes e normativas que guiam o trabalho nesta área e, sobretudo, possua habilidades para atuar com questões complexas, como as que abarcam o tema de proteção humanitária, e em situações adversas, como contextos inseguros e altamente politizados.

Destarte, as avaliações de ações humanitárias são um campo de especialização crescente para profissionais que atuam com avaliação em todo o mundo e que há espaço para potencializar a participação das pessoas afetadas à medida que também

se investe na formação de profissionais que desenvolvam capacidades e habilidades técnicas para atuar com o fomento da participação em contextos complexos, como os que abarcam as ações humanitárias.

O estudo apresenta como resultado algumas recomendações para subsidiar a construção de um desenho de avaliações participativas em ações humanitárias, em duas dimensões. A primeira dimensão delimita-se em uma proposta de formação para profissionais de organizações humanitárias, avaliadores ou não, que tenham o interesse em um percurso formativo. A proposta de formação delineada apresenta três aspectos estruturantes: o primeiro se direciona a discutir o campo de avaliações de ações humanitárias a partir de conteúdo crítico e reflexivo sobre os paradigmas e perspectivas de avaliação, não restrito a apenas apresentar o modelo hegemônico de avaliação, aqui já discutido. Importante considerar que reconhecer, ao sugerir esta formação, a importância de agregar outros olhares para avaliação e possibilitar novos horizontes teórico-metodológicos que possam subsidiar a construção de desenhos de avaliação com potencial de serem aplicados em contextos humanitários, respeitando suas especificidades.

O segundo aspecto estruturante da formação considera que a participação não constitui apenas um elemento a mais a ser considerado nas avaliações. O curso deve partir da compreensão que a participação é o cerne do compromisso humanitário *“Comunidades e pessoas afetadas por crises humanitárias conhecem os seus direitos e prerrogativas, têm acesso a informações e participam nas decisões que lhes afetam”* (CHS Alliance, Group URD e o Projeto Esfera, 2014).

Finalmente, o terceiro aspecto estruturante considera, no processo formativo, a busca por fomentar o intercâmbio de saberes e experiência entre profissionais que atuam nos mais diversos contextos humanitários, em especial, na América Latina.

A segunda dimensão da construção de um desenho de avaliação participativa em ações humanitárias centra-se na potencialidade de um espaço de reflexão no qual esses saberes e práticas sobre participação e avaliação sejam constantemente analisados, a permitir um acompanhamento constante de como as avaliações vêm ocorrendo a partir deles. As categorias analíticas propostas por GUSSI (2019) e que serviram de base para realizar as análises de práticas avaliativas nesta dissertação podem constituir uma ferramenta analítica potente para verificar as dimensões epistemológicas, teórico-metodológicas e políticas acerca das avaliações realizadas no campo humanitário que podem balizar as análises alocadas, por exemplo, em um Observatório de Práticas Avaliativas de Ações Humanitárias, como uma proposta a ser viabilizada institucionalmente por um programa de pós-graduação com ênfase em

avaliação, em parceria com uma rede profissional que fomente o desenvolvimento de estudos e práticas em avaliação e com organizações humanitárias interessadas em aprofundar a discussão sobre a condução de avaliações cada vez mais participativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados identificados no estudo dissertativo explorado neste artigo, indica que campo das avaliações de ações humanitárias é potente e com espaço a ser explorado pela área acadêmica no Brasil. Contudo, ainda há pouco expressividade de produção acadêmica nesta temática específica - Avaliação, Participação e Ação Humanitária - no país.

As discussões realizadas também permitem concluir que o debate sobre a participação na ação humanitária indica um campo de pesquisa importante e necessário, especialmente no contexto da América Latina. A região congrega vários centros de estudos e pesquisas que discutem a participação, sendo o berço das maiores influências teóricas sobre o tema; Também estruturou redes profissionais de avaliadores que atuam nas mais diversas perspectivas de avaliação, contribuindo significativamente para a construção e posicionamento do campo da avaliação. Faz-se importante considerar que a América Latina é um campo de múltiplos e diferentes contextos humanitários, em tipos de crises e respostas humanitárias, o que permite uma rica troca de conhecimentos e experiências entre organizações e trabalhadores humanitários que atuam na região.

A proposta do observatório como proposta institucional apresenta-se bastante oportuna, em especial no contexto da América Latina. A região congrega diversos centros de estudos e pesquisas que discutem a participação, sendo berço das maiores influências teóricas neste assunto; nela, também têm se estruturado redes profissionais de avaliadores que atuam nas mais diversas perspectivas avaliativas, contribuindo significativamente para a construção e posicionamento do campo de avaliação. Também é importante considerar que a América Latina é seara de contextos humanitários múltiplos e distintos, em tipos de crises e respostas humanitárias, o que possibilita uma rica troca de saberes e experiências entre organizações e trabalhadores humanitários que atuam na região.

Destarte, a tríade - Avaliação, Participação e Ação Humanitária- tem potencial a ser explorado de forma abrangente, considerando a incorporação de discussões políticas, epistemológicas, metodológicas e éticas, desenvolvendo paradigmas emergentes de avaliação que podem subsidiar a construção de desenhos

metodológicos que agreguem saberes e práticas emergentes, sobretudo sobre participação, a avaliações de ações que se comprometem a envolver as pessoas afetadas por crises humanitárias nas decisões que lhes afetem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALNAP. **Guía de evaluación de la acción humanitaria**. Guía de ALNAP. Londres, 2016.

ALNAP. **The state of the humanitarian system: assessing performance and progress – a pilot study**. ANALP, London, UK, 2010, 76p.

ARMIÑO et al. (dir.). **Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo**. Icaria : Hegoa. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional, 2000, Espanha, 657p.

ASOCIACIÓN ESFERA. **Manual Esfera: Carta Humanitaria y Normas Mínimas para la respuesta humanitaria**. 4.ed. Ginebra, 2018. Disponível em: www.spherestandarts.org

BLANCHET et al. **Uso de la evidencia de investigación en el sector humanitario: Una guía práctica**. Londres, UK: Evidence Aid, London School of Hygiene and Tropical Medicine, 2018, 52p.

BONINO, F. **Evaluating protection in humanitarian action: Issues and challenges**. ALNAP Working Paper. London: ALNAP/ODI, 2014.

BROWN, Derick. **Evaluación de políticas y programas de región del Caribe de habla inglesa: problemas conceptuales y prácticos**. Série Gestión Pública.n., Santiago de Chile, CEPAL – ILPES, 2001.

BROWN, D.; DONINI, A. **Rhetoric or reality? Putting affected people at the centre of humanitarian action**. ANALP, UK, 2014, 88p.

CELLARD, Andre. **A Análise Documental. A pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHS, Alliance; URD, Group; ESFERA, Projeto. **Norma Humanitaria Essencial para a Qualidade e Prestação de Contas**. 2014.

CHS, Alliance; URD, Group; ESFERA, Projeto. **Notas de Orientación e Indicadores de La Norma Humanitaria Esencial**. 2015.

CICR. **Reforzar la protección de la población civil en conflictos armados y en otras situaciones de violencia**, CICR, Ginebra, 2013.

Diálogo ¿Cuáles son los desafíos para el futuro de la acción humanitaria? **International Review of the Red Cross**, n. 884, dez. 2011.

ESFERA. **Carta Humanitaria y normas minimas para las respuestas humanitarias**. El Proyecto Esfera. Reino Unido, 2011.

GUSSI, Alcides. **Outras epistemologias e metodologias:** a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. In: Revista AVAL, jul/dez, v.2 n. 17, S.I., 2019, p 169-183

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo. Discutindo paradigmas contrahegemônicos de avaliação de políticas públicas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS - ENEPCP*, 1, 2015, Brasília. **Anais do I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas**. Brasília: UNB, 2015.

HALLAM, A.; BONINO, F. **On evaluation utilisation**. IN: Using Evaluation for a Change: Insights from humanitarian practitioners. ALNAP Study. London: ALNAP/ODI, 2013.

INSTITUTO DE ESTUDIOS SOBRE CONFLICTOS Y ACCIÓN. **Gestión de Proyectos Humanitarios:** identificación, seguimiento, evaluación e cuestiones transversales. Madrid: lecah, 2020. p. 1-2

INSTITUTO DE ESTUDIOS SOBRE CONFLICTOS Y ACCIÓN. **Las prácticas de los actores humanitarios españoles en materia de evaluación y procesos de aseguramiento de la calidad**. Cuaderno 8, Madrid: lecah, 2007.

PIÑEDA, Luisa Fernanda; RODRÍGUEZ, Mayra J. Sánchez. **Acción humanitaria: evolución y desafíos actuales**. Medellín: Universidad de San Buenaventura, Escuela Latinoamericana de Cooperación y Desarrollo, 2012.

PRETTY, J. **Alternative systems of inquiry for a sustainable agriculture**, IN: Institute of Development Studies Bulletin, 1994, 25: 37–48.

VACA, Sara (org.). Evaluación Final Participativa: operación de respuesta terremoto ecuador de 2016 - informe final. Ecuador: Cruz Roja Ecuatoriana, 2018. 96 p. Disponível em: <http://adore.ifrc.org/Download.aspx?FileId=213576&.pdf>. Acesso em: 1º jan. 2020.